

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 30

Data: 28/07/91

Pg.:

Garimpagem aperta o cerco em volta das terras waiãpis

A tribo é das poucas que procura preservar sua cultura ameaçada.

Por Amaro Lopes.

Os índios da tribo Waiãpi no Amapá, estão ameaçados de terem suas terras invadidas por garimpeiros. A principal ameaça é por parte da empresa de mineração Itajary, que tem interesse na maioria dos lotes considerados bons para a garimpagem. A empresa é formada por Reginaldo Sarcinelli, Odilon Barcik, Walter Ferreira do Carmo, proprietário de uma construtora atuante no Amapá, Sérgio Cerqueira Barcellos, deputado federal pelo PFL-AP, Newton de Almeida Rodrigues, jornalista e ex-articulista da Folha de São Paulo, e Maria Leonor Gonçalves de Oliveira, esposa do ex-governador de Brasília, José Aparecido.

A mineradora Itajary foi formada em 1985, e desde então tem solicitado ao Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, autorização de lavras. Essas autorizações têm sido sistematicamente negadas pelo órgão, que concedeu autorização de pesquisa somente para áreas fora dos limites do território dos Waiãpis. Algumas tentativas de invasão da reserva já foram verificadas, mas os próprios índios se encarregaram de impedir a permanência de garimpeiros na região.

A última tentativa de invasão ocorreu em maio, depois que os sócios da Itajary decidiram autorizar, através de um contrato particular, que um grupo de garimpeiros realizasse pesquisa e lavra provisória na região dos rios Tucunapi (Água Preta, dentro da área indígena, e Visagem, fora da área). Os garimpeiros entraram na área da reserva, mas encontraram a resistência dos índios, que além de confiscar todo o maquinário que seria utilizado para o garimpo, acionou a Polícia Federal, que retirou os invasores.

Um dos garimpeiros que recebeu autorização da Itajary, Sebastião Miranda Filho, foi preso quando a Polícia Federal descobriu que existia um mandado de prisão contra ele por homicídio e possível envolvimento com tráfico de drogas. Ele, juntamente com um irmão, teria assassinado um traficante de cocaína para roubar 20 quilos da droga, que foi vendida em seguida.

Outro garimpeiro, José Carlos Fernandes, conhecido como "Catarina", confirmou o incidente com os índios, mas afirmou que o problema foi resolvido com uma negociação com os próprios índios, sem que houvesse qualquer problema. Apesar da tranquilidade declarada pelo garimpeiro, os índios e a Funai estão preocupados com a possibilidade de uma nova invasão. Segundos técnicos da Funai, a área fora da reserva, onde os garimpeiros se instalaram, não é tão rica em minério, principalmente ouro, como a área da reserva. "Essa in-

sistência em permanecer no local pode significar uma nova tentativa de invasão", afirmou o administrador da Funai em Macapá, Antônio Pereira Neto.

Uma solução para o problema seria a demarcação imediata da reserva, inclusive com um aumento na sua área para a preservação do Igarapé Onça, que tem sua cabeceira fora do atual limite, embora seu leito corra dentro da reserva. Para que esse aumento na área possa ser feito, as lideranças dos índios Waiãpis já enviaram um documento a Brasília, autorizando a demarcação, como determina a legislação.

A ocupação de áreas próximas a reservas, além de trazer problemas para a população indígena, ferre o decreto nº 24, de 4 de fevereiro de 1991, assinado pelo presidente Fernando Collor de Mello, que determina em seu artigo 1º: "A proteção do meio ambiente em áreas indígenas e seu entorno, de que tratam as Leis nºs. 6.001, de 19.12.73, e 6.938, de 31.08.81, constitui encargo da União...". Segundo Antônio Pereira Neto, esse decreto garante que prejuízos para as condições de vida dos índios sejam evitados.

O "loteamento" da reserva indígena já está feito. Se os pedidos fossem autorizados, praticamente toda a área já teria um "dono". O DNPM já registrou, só no norte da reserva, mais de 50 pedidos de autorização, a maioria dentro da reserva e o restante contornando a área. A maioria desses pedidos foi feito pela Mineradora Itajary ou por seus sócios individualmente.

Veja só quem quer ir atrás do ouro

A Mineradora Itajary teve seu pedido de funcionamento aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em dezembro de 1984. Era formada por Maria Leonor Gonçalves de Oliveira, esposa do ex-governador do Distrito Federal, José Aparecido, Olair Zenir Leite, que na época presidia o Banco Regional de Brasília, pelo jornalista Newton Rodrigues, ex-articulista da Folha de São Paulo, por Sérgio Cerqueira Barcellos, deputado federal pelo PFL-AP e filho do governador Arnival Barcik, que em 84 exercia o mandato de governador nomeado do Amapá, e mais três sócios.

A autorização para exploração de ouro e cassiterita, foi dada à empresa pelo general Rubem Bayma Derys, em 7 de agosto de 1985, quando exercia as funções de secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional e chefe do gabinete militar do então presidente José Sarney.

A denúncia de que autoridades de Brasília e do Amapá estariam explorando minérios, foi feita pelo jornal "Jornal da Manhã", de Brasília. Na época Maria Leonor, principal acusada pela matéria do jornal, concedeu uma entrevista à revista "Veja", de 04.09.85, dizendo que iria desistir do ramo de mineração.

Apesar da afirmação feita à revista em 85, nenhum dos sócios da Mineradora Itajary desistiu dos pedidos de autorização ao DNPM. No dia 9 de maio de 91, foi firmado um contrato entre José Carlos Fernandes, Sebastião Miranda Filho, Arnaldo Guimarães Dias e Pedro Mendonça Filho, para exploração de uma área localizada em território indígena, que estaria sendo cedida pelos sócios da Itajary.

Pelo contrato, definiu-se que Arnaldo Guimarães iria ceder o maquinário necessário para a exploração do minério e Pedro Mendonça Filho financiaria as despesas iniciais com rancho, peças, materiais, rádios

equipamentos, motores, combustíveis, transporte, inclusive de aviões e helicópteros. Pedro Mendonça é proprietário da empresa Kovacs, de taxi aéreo, em Belém-Pa.

Os dois outros sócios teriam a cessação da área por parte da Itajary, mas quatro de seus sócios apresentaram endereço de Macapá, na rua Próprio Rola, 623. Os sócios são Newton de Almeida Rodrigues, Walter Pereira do Carmo, Sérgio Cerqueira Barcellos e Odilon Barcik. O endereço é da residência de Walter do Carmo, e dos outros, apenas Sérgio Barcellos mantém residência em Macapá.

Nos registros do DNPM consta que a empresa tem sede em Belém, mas quatro de seus sócios apresentaram endereço de Macapá, na rua Próprio Rola, 623. Os sócios são Newton de Almeida Rodrigues, Walter Pereira do Carmo, Sérgio Cerqueira Barcellos e Odilon Barcik. O endereço é da residência de Walter do Carmo, e dos outros, apenas Sérgio Barcellos mantém residência em Macapá.

Aos sobreviventes, restou a revolta

O primeiro contato dos Waiãpis com brancos foi feito em 1973, através de garimpeiros que invadiram sua área. Desses contatos, a população, que era contada em milhares, ficou reduzida a pouco mais de 550 índios. A redução da tribo, ao contrário de outras no Brasil que passam a aceitar qualquer coisa que o branco lhe proporcione, causou um espírito de revolta nos Waiãpis.

Hoje, eles são os primeiros a fiscalizar suas terras e impedir a penetração de garimpeiros. Um incidente, ocorrido em novembro de 1990, demonstra isso. A Mineração Monte Negro, uma das primeiras a explorar ouro na região, teve seu equipamento queimado, juntamente com um avião, pelos índios, que expulsaram os garimpeiros e a mineradora da área. A Monte Negro hoje está operando no Pará, próximo à reserva de Tumucumaçu, e já existem notícias de que estaria vendendo os direitos de exploração para um grupo do Rio Grande do Sul, que já explora minério em São

João Del Rei (MG).

Em maio outro incidente exigiu a presença da Polícia Federal, para que os garimpeiros fossem retirados, e uma negociação para o pagamento de uma indenização aos índios, e a promessa dos garimpeiros de que não iriam mais atuar dentro da área indígena. Pelo acordo, os garimpeiros, que atuavam no córrego Água Preta, limite da reserva, se deslocariam para o Igarapé Visagem, paralelo à área indígena. Tanto os índios como a Funai consideram essa distância muito pequena, o que poderia incentivar uma nova invasão.

Tradicionalmente, o povo Waiãpi ocupa uma área delimitada pelos rios Jari, Oiapoque e Araguari, em áreas do Amapá e Guiana Francesa. Ao norte vivem aproximadamente 500 Waiãpis, distribuídos em seis aldeias, à margem esquerda do Oiapoque, na Guiana. O grupo que vive na região do Amapari, no Amapá, apresenta aproximadamente 550 pessoas, em 6 as-

sentamentos. Existem ainda dois outros grupos isolados, ocupados as cabeceiras dos rios Amapari, (AP) e Ipitanga (PA).

O contato entre os Waiãpis e o homem branco foi, até hoje, muito limitado. Eles continuam apresentando suas características culturais, e se mantêm, basicamente, de um garimpo manual que fazem, numa área conhecida como "Garimpo dos Índios", sempre que precisam de recursos para a compra de coisas necessárias para sua sobrevivência. Além disso têm várias roças espalhadas em seu território, além da pesca e caça.

Um fator que contribuiu para as drásticas baixas em sua população, foi a construção da Perimetral Norte, que corta sua área e permitiu, durante muitos anos, a entrada livre de garimpeiros, empresas de mineração e madeireiros. Os Waiãpis já solicitaram ao governo federal a demarcação de suas áreas, com um aumento de aproximadamente 20 mil hectares, para a preservação do córrego Onça.